

3 Ruptura no Sul Asiático

Nos anos 50, o ACNUR viu-se confrontado com os acontecimentos na Europa. Nos anos 60, com os acontecimentos decorrentes da descolonização, em África. Nos anos 70, as actividades do ACNUR expandiram-se mais ainda devido aos problemas de refugiados que surgiram nos novos Estados independentes. Embora nos anos 50 o ACNUR tivesse tido uma breve intervenção na assistência aos refugiados chineses em Kong Hong, só nos anos 70 é que se envolveu numa operação de assistência de larga escala na Ásia.

Num quarto de século, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 70, praticamente todos os países asiáticos anteriormente colonizados obtiveram a independência. Em determinados Estados, ocorreu pacificamente, porém, noutros - nomeadamente na Indonésia e, em menor escala, na Malásia e nas Filipinas - a luta pela independência traduziu-se em violência. A sublevação mais dramática foi, contudo, no subcontinente indiano onde a violência social teve como consequência a separação e a criação, em 1947, de dois Estados separados - a Índia e o Paquistão. Nessa altura, deslocaram-se cerca de 14 milhões de pessoas, pois os muçulmanos na Índia fugiram para o Paquistão e os hindus no Paquistão fugiram para a Índia. Nos anos que se sucederam ocorreram movimentos similares em menor escala. Inevitavelmente, um processo tão gigantesco originou tensões e pressões nos novos Estados descolonizados. Muitos dos países recentemente independentes tinham dificuldades em manter sistemas políticos democráticos, dados os problemas económicos que enfrentavam, os desafios da oposição de esquerda e de direita e as pressões decorrentes da Guerra Fria.

Em vários países da Ásia, numa vaga de golpes com início, mais ou menos, uma década após a independência, os militares apoderam-se do poder político. Começando no Paquistão em 1958 e propagando-se para a Birmânia em 1962 e para a Indonésia em 1965, os regimes militares substituíram os governos democráticos. Os novos regimes, salvo raras excepções, suprimiram os partidos políticos democráticos. Em muitos casos, eram impiedosos no tratamento das minorias étnicas. Em certas circunstâncias, a confiscação do poder político pelos militares fazia-se acompanhar de grande derramamento de sangue, como na Indonésia, em 1965-66, calculando-se que terão sido mortas mais de 500.000 pessoas. Neste caso, muitas das vítimas pertenciam à minoria étnica chinesa. De modo idêntico, na Birmânia, os grupos minoritários foram alvo de severa repressão militar.

No Paquistão, o desvio militarista acarretou consequências desastrosas, resultando numa guerra civil, no desmembramento do Paquistão como um Estado, numa guerra entre a Índia e o Paquistão e num êxodo maciço de refugiados, como o mundo já não testemunhava desde a partilha da Índia, em 1947. Com a saída para a Índia de cerca de 10 milhões de pessoas do então Paquistão Oriental, entre Abril e Dezembro de 1971, esta seria a maior deslocação de refugiados ocorrida na segunda metade deste

Os refugiados bengalis chegaram à Índia em 1971. No total, fugiram do Paquistão Oriental para a Índia cerca de 10 milhões de bengalis durante a crise que conduziu à independência do Bangladesh.(USIS/1971)

século. Por muito traumáticos que estes acontecimentos tenham sido, é notável que a imensa maioria destas pessoas tenha regressado no espaço de um ano ao que se tornou o Estado independente do Bangladesh, na maior operação de repatriamento após a Segunda Guerra Mundial. Numa outra operação de repatriamento em larga escala, em 1973-74, o ACNUR desempenhou um papel decisivo na organização de uma ponte aérea entre o Bangladesh e o Paquistão destinada a um vasto número de pessoas deslocadas.

O nascimento do Estado do Bangladesh

Quando o Paquistão adquiriu a independência em 1947, o país era, não só etnicamente misto, ainda que predominantemente muçulmano, como se encontrava separado fisicamente pela Índia, nas partes oriental e ocidental. Politicamente, o país era dominado pelo Paquistão Ocidental, o que causava ressentimentos no Bengali Oriental. Após a tomada do poder pelo General Ayub Khan e a instauração do regime militar em 1958, as relações entre as duas partes do país foram piorando constantemente, estando o Paquistão Oriental pouco representado na política paquistanesa, apesar de possuir a maioria da população. Nos serviços públicos, os bengalis detinham uma pequena percentagem dos cargos e crê-se que a sua representação no exército era inferior a 10%. Além disso, os interesses económicos do Paquistão Oriental estavam subordinados aos do Paquistão Ocidental.

A exigência de autonomia dos bengalis aumentou nos anos 60 e coincidiu com a agitação no Paquistão Ocidental que culminou em manifestações e greves que levaram à queda do governo do General Ayub Khan, em 1969. A administração militar que se seguiu, encabeçada pelo General Yahya Khan, anunciou logo que se tratava de um governo de transição que iria transferir o poder para as autoridades civis. Em Janeiro de 1970, foi levantada a interdição de partidos políticos e de actividades políticas. As eleições para a nova Assembleia Nacional realizaram-se a 7 de Dezembro desse ano, como previsto. Para surpresa de praticamente todos os observadores, a Liga Awami dirigida pelo Xequê Mujibur Rahman, de suporte regional, obteve a maioria absoluta dos assentos a nível nacional, pertencendo todos estes ao Paquistão Oriental. No Paquistão Ocidental, a maioria dos lugares foi ganho pelo Partido Popular do Paquistão, dirigido por Zulfikar Ali Bhutto. Inicialmente, a Liga Awami pretendia a autonomia para o Oriente, numa união de contornos imprecisos com o Ocidente. Contudo, revelou-se impossível chegar a um consenso político entre a Liga Awami, o Partido Popular do Paquistão e o exército.¹

O descontentamento aumentava no Paquistão Oriental quando fracassaram as negociações para um acordo constitucional. O Presidente Yahya Khan adiava indefinidamente a abertura da Assembleia Nacional agendada para 3 de Março de 1971, dando azo a violentos protestos no Paquistão Oriental. A 26 de Março, após o assalto militar do exército paquistanês e a imposição do domínio militar, foi declarada a independência da República Popular do Bangladesh. A Liga Awami foi banida e o exército paquistanês lançou uma operação maciça de contra-insurreição. Com agressões em grande escala contra os suspeitos de apoiar a Liga Awami e uma

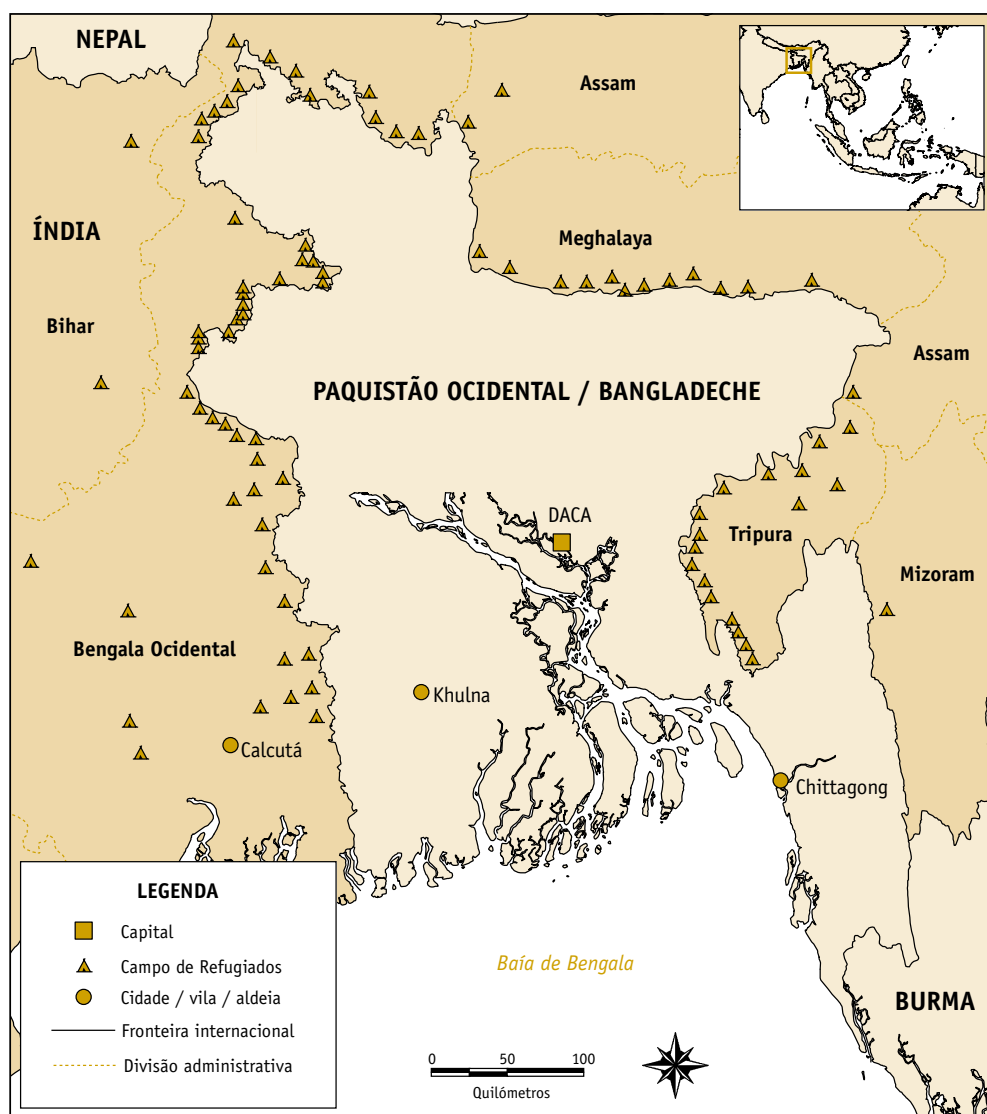
repressão generalizada, acompanhada de graves violações dos direitos humanos, o resultado foram milhares de civis mortos e, seguidamente, um êxodo colossais de refugiados.²

O êxodo de 10 milhões de refugiados

No dia 29 de Março de 1971, o representante do ACNUR na Índia, F. L. Pijnacker Hordijk, advertiu o Alto Comissário para um afluxo iminente de refugiados na Índia.³

Localização dos principais campos de refugiados na Índia, Novembro de 1971

Mapa 3.1



Fontes: ACNUR; Global Insight Digital Mapping ©1998, Europa Technologies Ltd; ACNUR, *A Story of Anguish and Actions*, Genebra, 1972, p. 43.



Milhões dos refugiados bengalis que fugiram para a Índia em 1971 foram alojados em cerca de 800 campos. A sobrelotação dos mesmos provocou graves surtos de cólera em alguns deles. (WFP/T. PAGE/1971)

Porém, tal como em muitas outras crises de refugiados, a escala do êxodo fora subestimada. No espaço de um mês, tinha entrado na Índia perto de um milhão de refugiados fugindo da repressão militar no Paquistão Oriental. Pelos finais de Maio, a média diária do influxo na Índia era superior a 100.000 e o total elevava-se a quase quatro milhões. No final de 1971, os números fornecidos às Nações Unidas pelo governo indiano indicavam que esse total atingira os 10 milhões.

Um êxodo assim causava inevitavelmente problemas enormes ao país de acolhimento, a Índia. Desde o início, o governo indiano deixou claro que em circunstância alguma os refugiados se poderiam instalar na Índia. Cada vez mais, o governo se apercebia da necessidade da assistência internacional para lidar com tão gigantesco influxo de refugiados. A 23 de Abril de 1971, o Representante Permanente da Índia na ONU, Samar Sen, pediu ajuda internacional num encontro com o Secretário-Geral das Nações Unidas U Thant.⁴ Perante as crescentes solicitações para prestar assistência aos refugiados, o Alto Comissário Sadrudin Aga Khan reuniu-se com o Secretário-Geral das Nações Unidas U Thant na capital suíça, Berna, a 26 e 27 de Abril, para analisar a situação. Dois dias mais tarde, o Secretário-Geral decidiu que o ACNUR funcionaria como “Pólo de Convergência” na coordenação de toda a assistência das Nações Unidas. Pela primeira vez numa crise humanitária, era confiado o papel de coordenador geral ao ACNUR.

Caixa 3.1

A comunidade tibetana refugiada na Índia

Os refugiados tibetanos que vivem na Índia desde o final dos anos 50 passam frequentemente despercebidos. Isso deve-se, em grande parte, ao facto de terem sobrevivido com relativamente pouca ajuda internacional. Em Maio de 1959, começou a chegar à Índia um grande número de refugiados tibetanos, após a repressão chinesa de uma revolta e da fuga do Dalai Lama, o guia espiritual e político do povo tibetano. A maioria das dezenas de milhar de tibetanos que tem fugido do domínio chinês desde essa altura escapara a pé, em perigosas caminhadas de várias semanas através dos Himalaias. Embora o lado chinês da fronteira tenha sido encerrado em 1960, os tibetanos continuaram a fugir depois disso. Muitos chegaram via Nepal, onde existe um centro de acolhimento na capital, em Catmandu. Mais de 40 anos após ter começado o êxodo do Tibete, a comunidade de refugiados na Índia atinge agora um número que ronda os 100.000.

Quando os primeiros refugiados começaram a chegar à Índia, eram alojados nos campos de trânsito de Missamari, em Assam e de Buxa em Bengala Ocidental. Um “comité central de assistência” não oficial velava pelos seus assuntos. Recebia algum apoio do estrangeiro, mas as organizações internacionais, incluindo o ACNUR, não se envolveram nesta fase. A guerra de 1962 na fronteira sino-indiana marcou o ponto de viragem. Foi então reconhecido que os tibetanos não regressariam brevemente à sua terra.

Foi também nesta altura que as autoridades indianas pediram pela primeira vez a ajuda internacional a favor dos refugiados. O ACNUR começou a prestar assistência aos tibetanos na Índia a partir de 1964, se bem que só tivesse estabelecido formalmente a sua presença na capital indiana, Nova Deli, em 1969. De qualquer maneira, a assistência internacional oficial manteve-se limitada e, a partir dos anos 60, a maior parte da ajuda internacional a favor dos

refugiados tibetanos era encaminhada por intermédio do *Bureau* Tibete de Dalai Lama. Tanto os governos, como as organizações internacionais acautelaram-se na assistência aos tibetanos por estarem cientes de que essa acção seria encarada pelas autoridades chinesas como uma ingerência nos seus assuntos internos.

Desde 1962 que os programas de assistência a refugiados incluem a criação de instalações agrícolas e acções de formação profissional. Os governos estaduais na Índia têm atribuído em média um hectare de terra a cada família refugiada e têm apoiado na construção de casas. Dão também assistência às comunidades tibetanas no abastecimento de água, serviços cívicos, centros de artesanato e escolas. Actualmente existem 85 escolas tibetanas na Índia para cerca de 25.000 alunos.

As autoridades indianas também providenciam cartões de abastecimento, documentos de identidade, autorizações de residência e documentos de viagem aos refugiados tibetanos inscritos, que são vistos oficialmente como tendo ido para a Índia em peregrinação. Embora sejam considerados como estrangeiros, nos termos da Lei de 1946, beneficiam dos direitos fundamentais da maioria dos cidadãos, mas não estão autorizados a concorrer ou a votar nas eleições indianas. Os que migraram para a Índia antes de Março de 1959, e que lá residem normalmente desde então, são considerados elegíveis para aquisição da cidadania indiana a título individual. Os que casaram com nacionais indianos podem requerer a nacionalidade indiana.

O governo indiano desenvolveu conscientemente uma política que permite à comunidade tibetana manter a sua identidade distinta e os seus valores culturais, juntamente com o seu próprio sistema administrativo e político. Desde o início, foram identificadas zonas de instalação separadas e implantadas em áreas geograficamente adequadas, de

forma a lhes proporcionar autonomia económica, social e religiosa. Foi criado um governo tibetano no exílio em Dharamsala, no estado indiano de Himachal Pradesh.

Num espaço de tempo relativamente curto, os refugiados tibetanos fixaram comunidades em estados indianos como Himachal Pradesh, Sikkim, Uttar Pradesh, Orissa, Arunachal Pradesh, Karnataka, Madhya Pradesh, Bengala Ocidental e Maharashtra. Em certas áreas como Darjeeling, Sikkim e Arunachal Pradesh, onde as práticas culturais não eram diferentes das do Tibete, os tibetanos adaptaram-se rapidamente. Noutros locais, como em Karnataka e Himachal Pradesh, houve por vezes manifestações de resistência local à presença notória e ao sucesso económico dos tibetanos.

Muitos tibetanos inicialmente sentiram problemas ao passarem de uma sociedade quase fechada e fortemente tradicional, para uma Índia democrática e culturalmente diversa. Não obstante, em geral, conseguiram manter as suas práticas culturais e religiosas. Um autor escreveu que a capacidade demonstrada pelos refugiados tibetanos em “construir e fundar em terras estrangeiras numerosos mosteiros de elevado nível arquitectónico e o sucesso no desenvolvimento de comunidades monásticas viáveis, semelhantes às do Tibete, é um dos milagres do século XX.”¹

Apesar destas realizações positivas, a maioria dos refugiados tibetanos na Índia ainda quer voltar para o Tibete. Embora as condições em que muitos destes refugiados vivam sejam relativamente boas, o facto de todos os anos, refugiados tibetanos não só na Índia, mas também no Nepal e Butão continuarem a pedir asilo junto dos países ocidentais é bem ilustrativo de que a sua situação de refugiados ainda deixa muito a desejar. Passadas mais de quatro décadas da primeira fuga deste grupo de refugiados, as perspectivas de soluções permanentes parecem extremamente longínquas.

O Pólo de Convergência era um conceito inovador. Distinguia-se das tradicionais responsabilidades do Alto Comissariado. Envolvia a mobilização de auxílio e de fundos internacionais, a aquisição e entrega dos produtos na Índia e a coordenação com o governo indiano que organizava a distribuição desses produtos. No princípio de Maio, o Alto Comissário Sadruddin Aga Khan enviou uma missão de alto nível do ACNUR para a Índia que compreendia o Representante do Alto Comissário, Charles Mace, o Director de Operações, Thomas Jamieson, e o Consultor Jurídico, Paul Weis. Tinham por missão fazer uma avaliação da situação, conseguir uma forma de coordenação entre as agências da ONU que apoiavam os refugiados e combinar com as autoridades indianas as formas e meios de proporcionar a assistência internacional.⁵

Entre 6 e 19 de Maio, a missão do ACNUR visitou inúmeros campos de refugiados em Bengal Ocidental, Tripura e Assam, os estados indianos mais afectados pelo influxo de refugiados e entabulou conversações com altos funcionários indianos, agências das Nações Unidas e organizações não governamentais (ONG). Num telegrama dirigido ao Alto Comissário, a missão declarava-se “consternada pela situação e reinado de terror patente nas caras das pessoas que se encontram como aturdiadas e, nalguns casos, quase apáticas...”. “Vimos muitos feridos baleados, homens, mulheres e crianças... Por todo o lado se ouve falar de fogo posto, violações e dispersões forçadas”⁶, afirmava Mace, acrescentando: “Faltam-me palavras para descrever o sofrimento humano que presenciámos.”⁷

A missão do ACNUR coincidiu com a visita da Primeira-Ministra indiana, Indira Gandhi, aos mesmos estados de Bengal Ocidental, Tripura e Assam. Nalguns distritos destes estados, os refugiados já excediam em número os habitantes locais. Em meados de Maio, Indira Gandhi, no Lok Sabha, a Câmara dos Comuns do Parlamento Indiano, comunicou que tinham sido criados cerca de 330 campos para alojar os refugiados que então atingiam o número de quatro milhões. No final desse mês, só no estado montanhoso de Tripura havia 900.000 refugiados, contra uma população nativa de 1,5 milhões.⁸ Como assinalaram dois académicos sobre a guerra de 1971, o “problema para a Índia não era só a ‘existência’ de refugiados, mas o local onde se encontravam”.⁹

A cólera nos campos de refugiados

A sensação geral de crise criada por tão enorme influxo de refugiados foi acentuada pelos graves problemas de saúde que surgiram nos acampamentos. A UNICEF comunicou que as crianças, em particular, estavam a sofrer duramente, encontrando-se muitas delas francamente subalimentadas.¹⁰ As condições sanitárias eram extremamente rudimentares e a desinteria rapidamente se tornou num problema, especialmente entre as crianças. No final de Maio, um correspondente do *Hindustan Standard* registava:

Muitos dos refugiados sofrem de doenças infecciosas. Cerca de 626 médicos, dos quais 60 são refugiados, tentam enfrentar esta situação avassaladora, auxiliados por cerca de 800 paramédicos. Foram acrescentadas mais de 2.700 camas nos 42 hospitais existentes, mas, qual será a situação amanhã? Hoje mesmo, só ao distrito de Nadia, chegaram mais 100.000 refugiados.¹¹

Refugiados do Bangladesh na Índia situação em 1 de Dezembro de 1971

Figura 3.1

Estado	Número de campos	Refugiados em campos	Refugiados em famílias de acolhimento	Número total de refugiados
Bengala Ocidental	492	4.849.786	2.386.130	7.235.916
Tripura	276	834.098	547.551	1.381.649
Meghalaya	17	591.520	76.466	667.986
Assam	28	255.642	91.913	347.555
Bihar	8	36.732	–	36.732
Madhya Pradesh	3	219.298	–	219.298
Uttar Pradesh	1	10.169	–	10.169
Total	825	6.797.245	3.102.060	9.899.305

Fonte: “Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação da Resolução da Assembleia Geral Nº 2790(XXVI) e da Resolução do Conselho de Segurança Nº 307(1971)”. Doc. ONU A/8662/Add.3, 11 de Agosto de 1972.

Em Maio e Junho, a cólera começa a invadir os campos. Instantaneamente se esgotaram as reservas de medicamentos no Bengala Ocidental, tendo sido lançado um apelo urgente à Organização Mundial de Saúde para disponibilizar vacinas e sais de hidratação, que foram transportados de emergência por via aérea a partir de Genebra. No início de Junho, o número de casos de cólera estimava-se em 9.500. Nos finais de Setembro, este número tinha subido para mais de 46.000. Um jornalista britânico, do jornal londrino *The Observer*, descreveu o cenário num hospital:

A cólera é uma forma horrível e humilhante de morrer. A única misericórdia é que é relativamente rápida. Os pavilhões da cólera são dois edifícios atrás do bloco principal do hospital. Não existem camas. Os doentes estão deitados em chapas de metal que cobrem o chão de cimento. A doença provoca diarreias e vômitos incontroláveis cujo rasto está em toda a parte. Há os que debilmente ainda conseguem ir arejar. Os que se afastaram mais para o fazer estão negros, cobertos de moscas. São homens e mulheres de todas as idades.¹²

Com a propagação da doença entre os refugiados aumentaram as pressões sobre as autoridades indianas. A crise de saúde poderia ter sido bem pior se a Índia não possuísse provisões suficientes que as autoridades disponibilizaram para alimentar os refugiados. A memória das catástrofes da fome, como a de 1943 quando mais de 1,5 milhões de pessoas morreram em Bengala, dá uma triste ideia de quão pior poderia ter sido a calamidade de 1971.

A operação de emergência

Apesar das reservas alimentares da Índia, os refugiados constituíam um encargo económico tremendo para o país. O governo de Nova Deli esperava que a comunidade internacional lhe restituísse a maior parte das despesas em que estava a incorrer com os refugiados. Em Maio, uma missão em visita do ACNUR teve de realçar que era irrealista pensar que as Nações Unidas assumissem toda a responsabilidade pelo encargo

financeiro, dada a natureza voluntária das contribuições para o orçamento da ONU. Mesmo assim, a 19 de Maio de 1971, o Secretário-Geral das Nações Unidas U Thant lançou um apelo global de ajuda de emergência para os refugiados na Índia junto da comunidade internacional, pedindo-lhe para reagir generosamente.¹³ U Thant emitiu também um apelo no mês seguinte para assistência humanitária a favor do povo do Paquistão Oriental. Semanas depois do pedido inicial do Secretário-Geral a 19 de Maio, foram angariados cerca de 17 milhões de dólares EUA.¹⁴ A 22 de Junho, quando o Alto Comissário Sadrudin Aga Khan se dirigiu a Nova Iorque para falar com o Secretário-Geral acerca da sua visita de 12 dias ao subcontinente, o total já atingia 70 milhões de dólares EUA.

Desde o início da crise no Paquistão Oriental que Indira Gandhi tinha deixado claro que a Índia faria o seu melhor para ajudar os refugiados, mas que eles não poderiam lá permanecer infinitamente. A posição firme da Índia de que os refugiados teriam de regressar aos seus países de origem teve implicações no conjunto de medidas tomadas por Deli. Em meados de Abril de 1971, o Ministro do Trabalho e Reabilitação da Índia, que coordenava a operação de assistência, decidiu criar 50 campos de refugiados, equipados para alojar 50.000 pessoas em cada, sendo a gestão efectuada por funcionários do governo central.

As autoridades indianas registavam os refugiados quando chegavam à fronteira, onde lhes era dado um documento de entrada, uma ração alimentar especial para a viagem interna e vacinas contra a cólera e a varíola. Os que não se registavam na fronteira, presumia-se que viviam com amigos, familiares ou outras famílias de acolhimento. No início de Dezembro de 1971, os números revelados pelas autoridades indianas indicavam 6,8 milhões de refugiados vivendo em campos e mais 3,1 milhões com famílias de acolhimento [ver Mapa 3.1].

Os complexos problemas que emergiam de tão maciço influxo de população exigiam consultas alargadas entre o ACNUR e numerosos sectores do governo indiano. Deste modo, foi estabelecida uma Comissão Central Coordenadora sob a égide do Ministro do Trabalho e Reabilitação da Índia, com representantes de vários outros ministérios, a Cruz Vermelha Indiana e o ACNUR. De Junho de 1971 até ao fim da monção, a principal preocupação, além de condições adequadas de saúde e de abrigo para os refugiados, consistia na manutenção das linhas de abastecimento vitais que ligavam Calcutá aos estados longínquos do Nordeste da Índia. A monção veio criar mais problemas operacionais na gestão do auxílio humanitário e a chuva incessante causara mais doenças.

O ACNUR, que tinha aberto recentemente uma delegação em Nova Deli, desempenhou um papel importante na angariação de fundos e na ligação com os governos e as ONG. Mas foi o governo indiano que assumiu no terreno a responsabilidade global pela gestão da crise. Em Genebra, o Alto Comissário Sadrudin Aga Khan criou e presidiu à *UN Standing Inter-Agency Consultive Unit* visando facilitar a comunicação entre as componentes do sistema das Nações Unidas mais directamente envolvidas na problemática dos refugiados. Este organismo facilitou a cooperação interagências, o enquadramento de uma posição comum das Nações Unidas sobre as questões de assistência, e aceitou as ofertas de assistência por parte dos governos, das organizações intergovernamentais e não governamentais.¹⁵

Acentuação das tensões entre a Índia e o Paquistão

No início da crise, a Índia tomou a posição de que os refugiados deveriam regressar no espaço de seis meses e referia-se aos refugiados como ‘evacuados’ para enfatizar o seu estatuto temporário. Este era o principal constrangimento político no planeamento do programa de assistência, pois isto significava que não existiam planos formais de contingência para um período longo. Era suposto que o período de seis meses começasse a contar a partir do primeiro influxo de refugiados em Março de 1971 e, portanto, que terminasse em Setembro. Embora a generosidade do governo indiano se estendesse a milhões de pessoas que atravessaram a fronteira, não estava disposto a aceitar a instalação permanente dos refugiados do Paquistão Oriental na Índia.

Com o passar do tempo, tornou-se evidente que os refugiados não conseguiriam regressar no período previsto de seis meses por continuarem as perseguições que motivaram, em primeiro lugar, a sua fuga para a Índia. As autoridades indianas reclamavam que o Paquistão tentava resolver o impasse político no Paquistão Oriental através da expulsão em massa de uma parte considerável da sua população constituída, na sua maioria, por hindus bengalis. Cada vez mais, a Índia considerava a hipótese de impor a sua própria solução política no Paquistão Oriental. Na realidade, já desde Abril que o governo da Índia sancionava o funcionamento de um governo no exílio em solo indiano e o treino das forças militares bengalis.

Por seu lado, a partir de 21 de Maio, o Paquistão exprimira várias vezes a vontade de aceitar os refugiados de volta. A 28 de Junho, o Presidente Yahya Khan designara mesmo um bengali, A. M. Malik, como assistente especial para pessoas deslocadas. Porém, a situação dos direitos humanos no Paquistão Oriental não melhorara e o fluxo de refugiados para a Índia continuava. As autoridades paquistanesas persistiam em não levantar a interdição sobre a Liga Awami e estavam determinadas em prosseguir com o julgamento, por insubordinação, do líder da Liga Awami, Xequê Mujibur Rahman.

O governo indiano considerava inadequada a resposta dada a nível internacional para a crise e as suas relações com as Nações Unidas, incluindo o ACNUR, tornaram-se cada vez mais tensas. Os esforços envidados pelas Nações Unidas para resolver a contenda e, até mesmo, a oferta de ajuda humanitária eram encarados, por vezes, com cepticismo por parte das autoridades indianas. O governo indiano era particularmente crítico em relação ao Alto Comissário Sadrudin Aga Khan por este ter efectuado uma visita ao subcontinente em Junho, a convite do Presidente Yahya Khan do Paquistão, que autorizara o Alto Comissário a viajar sem restrições pelo Paquistão Oriental. Aos olhos do governo indiano esta visita era um aval aos esforços paquistaneses no sentido de persuadir os refugiados a regressar. Consideravam também a visita como prematura, face à necessidade de um acordo político antes que os refugiados pudessem regressar em segurança. No final da viagem, o Alto Comissário partiu para Nova Deli para conversações com a Primeira-Ministra Indira Gandhi. Para muitos elementos do governo indiano, esta decisão de fazer escala em Deli teria surgido a posteriori.¹⁶

Os esforços desenvolvidos para o ACNUR manter uma presença nos campos de refugiados na Índia foram mal acolhidos pelo governo indiano, que também contrariou a presença do ACNUR nos centros de recepção no Paquistão Oriental. Até a presença das ONG nos campos de refugiados começava a ser posta em causa, pois Nova

Deli reforçava o seu apoio à força guerrilheira bengali Mukhti Bahini, que já vinha tolerando desde o início da crise. Além disso, aumentavam as tensões entre a Índia e o Paquistão, bem como as probabilidades de guerra, tornando-se cada vez mais incómodo, para o governo de Deli, aceitar os esforços das Nações Unidas para mediação do conflito. Finais de Setembro, o Secretário-Geral U Thant oferecera-se como mediador entre a Índia e o Paquistão face à tensão crescente e à mobilização das respectivas forças militares. Embora o Paquistão tenha respondido favoravelmente, a Índia interpretou a mudança como uma tentativa de salvar o regime militar do Paquistão que via como responsável pelo êxodo maciço dos refugiados. A Índia apelou ao Secretário-Geral para encontrar uma solução política que tivesse em consideração os anseios do povo do Paquistão Oriental.¹⁷

A guerra entre a Índia e o Paquistão

Os objectivos fundamentais da Índia desde o início da crise, em Março de 1971, eram, em primeiro lugar, o repatriamento de todos os refugiados que tinham fugido do Paquistão Oriental e, em segundo, a transferência do poder político dentro do próprio Paquistão Oriental para a Liga Awami. Assim, qualquer solução para a crise que não contemplasse disposições sobre o regresso dos refugiados seria manifestamente inaceitável.¹⁸ Todavia, desde o início que era difícil antever como é que isso poderia acontecer sem a derrota militar do Paquistão e a sua destituição do Paquistão Oriental.

Logo em Abril de 1971, a intervenção militar directa fora considerada pelos dirigentes indianos. Contudo, o Chefe de Estado-Maior, o General Manekshaw pôs de parte esta proposta por ser prematura, pois o exército indiano não estava pronto para uma ofensiva militar em duas frentes que requer seis a sete meses de preparação. Quando, mais tarde, o governo indiano descobre que tanto os Estados Unidos como a China estão a fornecer armas ao Paquistão para preservar a unidade do país, a sua posição endurece. Nos finais de Julho, o governo indiano chegou a um consenso sobre a questão do Paquistão Oriental em que se previa a supervisão directa do governo do Bangladeche no exílio e treino militar para Mukhti Bahini e outras “forças de libertação” do Bangladeche. Em Agosto de 1971, a Índia concluíra um Tratado de Paz e de Amizade com a União Soviética por 20 anos, deslocando-se a Primeira-Ministra Indira Ghandi à Europa Ocidental e aos Estados Unidos para promover a causa da independência do Bangladeche.

Apesar dos esforços de mediação do Secretário-Geral U Thant, a situação continuava a deteriorar-se com relatos de escaramuças e incursões cruzadas ao longo da fronteira indiana com o Paquistão Oriental. Numa visita à Índia de 6 a 8 de Novembro de 1971, o Alto Comissário Sadruddin Aga Khan exprimiu a sua preocupação pela escalada de tensão e os efeitos que isso teria na operação de assistência aos refugiados. No decorrer do mês de Novembro, a situação deteriorou-se mais ao longo das fronteiras este e oeste da Índia. A 3 de Dezembro, os paquistaneses lançaram ataques aéreos contra as bases indianas da frente ocidental. Na sequência disso, as forças indianas entram em força no Paquistão Oriental. O Conselho de Segurança das Nações Unidas discute finalmente a questão, mas a sua acção é paralisada pelo uso do veto ora por um ou por outro dos seus membros permanentes. A 5 de Dezembro, Indira Gandhi reconhece a independência do Bangladeche e, a 16 de Dezembro, Daca cai em

Caixa 3.2

A expulsão dos sul-asiáticos do Uganda

O decreto de 1972 do Presidente ugandês Idi Amin ordenando a partida da população do Uganda de origem sul-asiática desencadeou um êxodo maciço. Como milhares de asiáticos ugandeses procuravam encontrar países de acolhimento, o ACNUR e outras organizações desempenharam um papel importante prestando assistência aos que eram expulsos.

Os sul-asiáticos há muito que se tinham fixado na África Oriental, possuindo antecedentes diversos. Eram hindus, muçulmanos, sikhs e cristãos provenientes de diversas partes do subcontinente indiano. As suas origens iam de mercadores pré-coloniais a trabalhadores ou artesãos importados pelos ingleses para construir os caminhos-de-ferro, pequenos comerciantes, pessoas trazidas para servir a sociedade civil colonial e operários têxteis ou negociantes de algodão que, mais tarde, passaram para outras áreas da economia.

Quando o Uganda se tornou independente em 1962, foi dada a opção aos asiáticos que ali viviam de se tornarem cidadãos ugandeses. Embora alguns o tenham feito, muitos preferiram conservar os passaportes ingleses e a opção de uma eventual reinstalação no Reino Unido. No princípio dos anos 70, havia cerca de 75.000 sul-asiáticos no Uganda. Cerca de metade possuía passaporte inglês, um terço eram cidadãos ugandeses ou aguardavam decisão ao pedido de cidadania ugandesa e os restantes eram indianos, paquistaneses ou quenianos. Durante o período colonial, os asiáticos tinham sido alvo de manifestações hostis periódicas, essencialmente porque controlavam uma parte significativa da economia. Depois da independência, essa hostilidade foi aumentando de tom, pois o nacionalismo africano alimentava a exigência de “indigenização”, procurando corrigir a exclusão dos africanos das estruturas do poder económico e político. Estes movimentos ocorreram primeiro no vizinho Quênia e coincidiram com as medidas restritivas de admissão introduzidas pelo Reino Unido em 1968, quando a imigração proveniente das antigas colónias suscitava uma ansiedade crescente.

No Uganda, os esforços envidados nos anos 60 pelo regime do antecessor de

Amin, Milton Obote, no sentido de transferir o controlo do comércio dos asiáticos para os africanos, acentuaram as tensões entre as comunidades. Foi em parte como reacção a esses esforços que muitos asiáticos felicitaram a tomada de poder por Amin no início de 1971. Contudo, como a economia ia de mal a pior, o descontentamento entre a população urbana e no seio das forças armadas fez com que Amin procurasse um bode expiatório para os males da economia do país. Nos finais de 1971, Amin convocou uma reunião com os membros mais proeminentes da comunidade asiática, censurando-os por dominarem sectores da economia e de não se integrarem.

Em Agosto de 1972, Amin anunciou bruscamente que todos os não-nacionais de origem sul-asiática deveriam abandonar o país no espaço de três meses. Mais tarde, ordenou que saíssem todos os asiáticos, mesmo os nacionalidade ugandesa. Posteriormente retirou esta ordem, mas muitos dos que tinham requerido a cidadania, sendo-lhes esta recusada ficaram, de facto, apátridas. Foram declaradas várias excepções, especialmente para técnicos, mas a atmosfera de insegurança e de hostilidade que se fazia sentir, deu origem a um êxodo maciço à medida que a data limite se aproximava.

Mais de 50.000 asiáticos deixaram o Uganda entre a ordem de expulsão e a data limite de Novembro. Outros partiram mais cedo. Após a data limite só ficaram cerca de 200 famílias asiáticas no Uganda. Foi criada uma Junta (Departed Asians' Property Custodian Board) para fiscalizar a venda dos bens dos asiáticos expulsos. A menos que tenham conseguido transferir dinheiro ou bens para o estrangeiro antes de partirem, quem fugiu do Uganda chegou aos novos países de acolhimento com muito pouco para começar de novo.

O papel do ACNUR e da comunidade internacional

Como a crise evoluía, o Reino Unido aceitou com relutância abdicar da sua quota anual de imigração e admitiu ao todo cerca de 29.000 asiáticos ugandeses, a maioria com passaporte britânico. Ao mesmo tempo, o governo

do Reino Unido apelou aos outros países para aceitarem os asiáticos expulsos. No total, cerca de 6.000 ugandeses asiáticos, muitos deles portadores de passaporte britânico, fixaram-se no Canadá e cerca de 1.500, incluindo alguns de nacionalidade indeterminada, instalaram-se nos Estados Unidos.

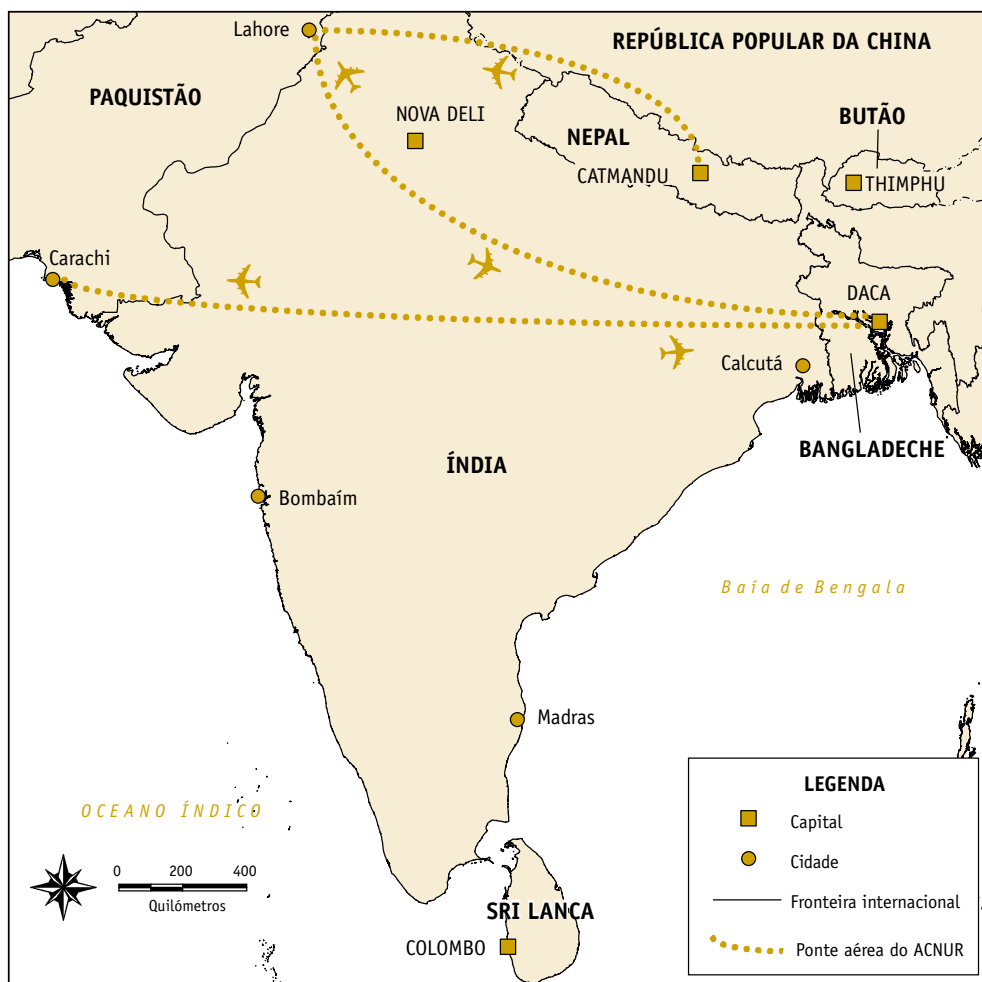
Para deixar o Uganda, os asiáticos necessitavam de um documento de viagem válido, um país de asilo temporário ou permanente e de recursos para viajar. Para os asiáticos que não conseguiram reunir essas condições, quando a data limite se aproximava, a missão da ONU, que incluía um representante do ACNUR, deslocou-se à capital do Uganda, Kampala, e negociou uma evacuação de emergência. O Comité Internacional da Cruz Vermelha aceitou entregar documentos de viagem a quem necessitasse e o Comité Intergovernamental para a Migração Europeia (precursor da Organização Internacional para as Migrações) organizou o transporte para os países de reinstalação temporária ou permanente.

O ACNUR apelou à comunidade internacional para fornecer assistência sob a forma de ofertas de reinstalação permanente e de verbas para transporte e auxílio às pessoas em trânsito. A reacção foi positiva e, em menos de duas semanas, cerca de 3.600 pessoas foram transferidas para alojamentos temporários na Austria, Bélgica, Itália, Malta e Espanha. Além do Reino Unido, do Canadá e dos Estados Unidos, foi oferecida reinstalação permanente na Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia e Suíça. A Índia e o Paquistão ficaram com 10.000 dos expulsos, se bem que muitos não se fixassem ali de modo permanente. Os governos e as organizações não governamentais providenciaram alojamento, alimentação e cuidados médicos para as pessoas em trânsito, sendo o ACNUR a suportar os custos.

Só nos anos 80 é que os asiáticos conseguiram obter algumas compensações do Uganda. Embora a princípio muito lentamente, vários milhares de asiáticos acabaram por regressar por pouco ou muito tempo para reaver ou vender muitas das propriedades confiscadas quando da expulsão.

Ponte aérea do ACNUR no Sul da Ásia, 1973–74

Mapa 3.2



Fonte: ACNUR, "Ponte-aérea: A Operação de Repatriamento no Subcontinente de Setembro de 1973 a Junho de 1974", Genebra, 1975

poder das forças indianas.¹⁹ O Chefe da Delegação do ACNUR em Dacca, John Kelly, desempenhou um papel intermediário decisivo na negociação do cessar-fogo entre os dois exércitos opostos.²⁰ Com a rendição do exército paquistanês, a guerra termina, abrindo caminho para a independência do Bangladesh.

Repatriamento e transferências de população

Estava agora aberta a via para o regresso dos refugiados. A Índia anunciara rapidamente que todos os refugiados que tivessem entrado no país após 25 de Março de 1971 teriam de voltar para o Bangladesh até ao final de Fevereiro de 1972. Este prazo

parecia ter sido otimizado, levantando enormes dificuldades operacionais em termos do transporte necessário para mais de 10 milhões de refugiados. Não obstante, poucos dias após o término das hostilidades, os refugiados começaram a regressar a casa de moto próprio. Na realidade, alguns começaram mesmo a voltar ainda durante os combates. A 6 de Janeiro, o Director de Operações do ACNUR, Thomas Jamieson, enviou um telegrama para a sede do ACNUR, em Genebra, informando que um milhão de refugiados já tinha deixado a Índia: “Dos dois lados da fronteira envidam-se esforços prodigiosos e coordenados ... Todos os dias partem comboios especiais, estando programados mais para as próximas semanas.”²¹

Pelos finais de Janeiro, já tinham regressado a casa cerca de seis milhões de refugiados. Num relatório do ACNUR regista-se:

Os visitantes nas áreas dos campos de refugiados durante este mesmo período ficavam impressionados com as torrentes intermináveis de pessoas em movimento, a pé, de bicicleta e riquexó, em cima das plataformas dos camiões, tendo unicamente em mente chegar o mais depressa possível às suas terras natais em Bengala Oriental. Em Janeiro, atravessaram diariamente a fronteira do Bangladeche uma média de 210.000 pessoas.²²

Durante o trajecto, os refugiados recebiam comida para a viagem, assistência médica e abastecimento básico para duas semanas. No final de Fevereiro de 1972, surpreendentemente, mais de nove milhões de refugiados tinham voltado ao Bangladeche. O desejo de regressar a casa tinha suplantado os problemas de ordem prática. A 25 de Março, o governo indiano calculava que permanecessem no país apenas 60.000 refugiados.

No final de Maio de 1972, as contribuições para a operação de repatriamento, conferidas ao ACNUR em consequência do apelo lançado em Janeiro, atingiam o montante de 14,2 milhões de dólares EUA, dos quais 6,3 milhões foram transferidos a favor do governo do Bangladeche para financiar projectos de assistência e reabilitação para retornados. O ACNUR sancionou um acordo estabelecido entre a Cruz Vermelha Indiana e a Cruz Vermelha do Bangladeche, nos termos do qual o equipamento e as provisões dos centros alimentares a funcionar na Índia seriam transferidos para a Cruz Vermelha do Bangladeche. Esta última, por sua vez, ficaria apta a levar a cabo programas de saúde preventiva entre os refugiados retornados. O ACNUR concordou também com a proposta indiana de transferir para o Bangladeche 800 camiões, 300 jipes e 136 ambulâncias que a Índia tinha recebido do ACNUR.

A independência do Bangladeche facilitou as condições para um regresso em massa dos refugiados. Embora não se verificassem grandes contestações decorrentes do regresso, os refugiados não possuíam meios imediatos de auto-suficiência. Uma vez no Bangladeche, os refugiados podiam passar por qualquer dos 271 campos de trânsito que foram criados. Nestes campos eram fornecidos serviços médicos, provisões alimentares e transporte gratuito. No entanto, a imensa maioria dos refugiados seguiu directamente para as suas comunidades, sem passar pelos postos de registo nos campos indianos ou pelos campos de trânsito no Bangladeche. A delegação de ligação do ACNUR em Daca esteve em funcionamento durante a crise. Trabalhou estreitamente com a Operação de Emergência das Nações Unidas no Paquistão Oriental, que tinha sido criada para coordenar a assistência internacional após o devastador ciclone de Novembro de 1970.



Em 1973-74, cerca de 230.000 pessoas que viviam no subcontinente indiano foram repatriadas através da maior ponte aérea de civis jamais organizada pelo ACNUR(ACNUR/1973)

Embora a operação de regresso ao Bangladeche tenha sido de longe a maior, foi apenas um dos muitos repatriamentos que ocorreram durante os anos 70. Como assinalou vários anos depois um funcionário do ACNUR, as previsões anteriores de que o repatriamento consistia “numa solução menor, até a menosprezar” revelaram-se erróneas. Pelo contrário, “no que se refere à realidade política no Terceiro Mundo, a solução considerada pelo Ocidente como normal, após a Segunda Guerra Mundial, que consistia em integrar os refugiados no país de acolhimento já não correspondia à realidade predominante noutros locais.”²³ Entre os outros repatriamentos ocorridos na Ásia contam-se cerca de 300.000 refugiados que regressaram ao Camboja em 1979, sobretudo vindos da Tailândia e cerca de 200.000 rohingyas no Bangladeche que voltaram para a Birmânia numa operação muito controversa, em 1978-79 [ver Caixa 3.3]. Em África, os principais repatriamentos voluntários, envolvendo na totalidade perto de dois milhões de pessoas, ocorreram na Nigéria (1970-71), no Sudão (1972), em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (1975-77) e no Zaire (1978).

As transferências de população em 1973-74.

O desmembramento do Paquistão, a independência do Bangladeche e a guerra entre a Índia e o Paquistão deixaram milhares de indivíduos entrincheirados em Estados dos quais já não queriam fazer parte. Em Março de 1973, mais de um ano após o fim da guerra, o Xequê Mujibur Rahman, então Primeiro-Ministro do Bangladeche, endereçou um pedido ao Secretário-Geral Kurt Waldheim, solicitando a assistência das Nações Unidas para algo referido como uma operação de “repatriamento”. Alguns destes repatriados eram pessoas que tinham ficado entrincheiradas numa ou noutra metade do país durante o conflito, enquanto outros preferiram sair do Bangladeche para o Paquistão ou vice versa, por se terem alterado as circunstâncias políticas. Em Abril, a Índia e o Bangladeche proferiram uma declaração conjunta exigindo o repatriamento simultâneo dos prisioneiros de guerra e dos feridos civis, bem como das suas famílias. A declaração exigia também o repatriamento dos bengalis no Paquistão e dos paquistaneses no Bangladeche. Este revelar-se-ia o principal passo em frente no beco sem saída resultante da recusa sistemática do Paquistão em reconhecer a independência do Bangladeche. No mês seguinte, o Alto Comissário visitou o Paquistão e o Bangladeche, a pedido do Secretário-Geral, para negociar a possibilidade de repatriamento em massa com os respectivos governos.

A 28 de Agosto de 1973, os governos do Bangladeche, da Índia e do Paquistão assinaram o Acordo de Nova Deli, o qual continha disposições para o repatriamento simultâneo de três grupos prioritários. Neles englobavam-se os prisioneiros de guerra e os feridos civis na Índia, todos os bengalis no Paquistão e “um número substancial de não bengalis” existentes no Bangladeche que tinham “optado pelo repatriamento para o Paquistão”. Os “não bengalis” eram geralmente referidos como biharis, já que a sua maioria era constituída por muçulmanos indianos, originários do estado de Bihar na Índia, e que tinham ido para o Paquistão Oriental quando da partilha da Índia em 1947. Às Nações Unidas competia dar assistência no sentido de facilitar o repatriamento. Dada a sua recente função como “Pólo de Convergência”, o Secretário-Geral pediu ao ACNUR para coordenar todas as actividades relacionadas com os esforços

humanitários. Com esse fim, o ACNUR trabalhou em estreita colaboração com o Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Nos termos do Acordo de Nova Deli, o regresso dos prisioneiros de guerra e dos feridos civis paquistaneses seria dirigido bilateralmente pela Índia e pelo Paquistão. O ACNUR daria assistência ao repatriamento de outras categorias de pessoas. Neste sentido, a 13 de Setembro de 1973, o Alto Comissário Sadruddin Aga Khan lançou um outro apelo humanitário para angariar 14,3 milhões de dólares EUA, sublinhando “o papel que esta operação de repatriamento em larga escala pode desempenhar na criação de condições conducentes à paz e à estabilidade no subcontinente.”²⁴ Em Novembro, o Alto Comissário visitou mais uma vez o Bangladeche e o Paquistão para avaliar pessoalmente como decorria a operação.

No final de Outubro de 1973, encontrava-se em marcha uma enorme operação de repatriamento aéreo com aviões cedidos pela Alemanha de Leste, a União Soviética e o Reino Unido. Durante o mês de Novembro, dispunha-se de seis aviões na missão, transportando uma média de 1.200 pessoas por dia. No fim de Janeiro de 1974, tinham sido transportadas cerca de 90.000 pessoas do Paquistão para o Bangladeche e mais de 44.000 do Bangladeche para o Paquistão.²⁵

Na ausência de relações diplomáticas e de possibilidade de comunicação entre o Bangladeche e o Paquistão, a operação aérea estava repleta de dificuldades. O ACNUR teve de negociar as licenças para sobrevoar a Índia e as condições técnicas de aterragem.²⁶ Tinha de fazer constantemente a ligação com os governos, as linhas aéreas e outros parceiros envolvidos na operação. Na realidade, o ACNUR tornou-se a agência de implementação *de facto* do Acordo de Nova Deli de 1973.

Em meados de Fevereiro de 1974, tinham sido repatriadas mais de 200.000 pessoas nos termos do Acordo de Nova Deli. O sucesso da implementação do acordo pesou consideravelmente na decisão tomada pelo Paquistão a 22 de Fevereiro de 1974 de reconhecer o Bangladeche. A 1 de Julho de 1974, num acordo com os governos respeitantes, o ACNUR procede à desactivação gradual da operação de repatriamento que tinha tido início no passado mês de Setembro. Por essa altura, já tinham sido transportadas por mar cerca de 9.000 pessoas entre o Bangladeche e o Paquistão e cerca de 231.000 pessoas tinham atravessado o subcontinente por via aérea. Nestes últimos estavam incluídos 116.000 bengalis que foram do Paquistão para o Bangladeche, cerca de 104.000 não bengalis que foram do Bangladeche para o Paquistão e cerca de 11.000 paquistaneses, transportados do Nepal para o Paquistão, que anteriormente para lá tinham fugido por terra a partir do Bangladeche.²⁷ Foi, até então, a maior ponte aérea de emergência para civis alguma vez organizada.

Os biharis no Bangladeche

Uma das questões por resolver nessa altura era o estatuto de cidadania dos biharis e que, em muitos casos, ainda continua por resolver. Quando da divisão em 1947, deslocou-se cerca de um milhão de muçulmanos do estado indiano do Bihar para o que se tornou no Paquistão Oriental. Muitos falavam Urdu, o que os ligava ao Paquistão Ocidental, mas inseriram-se relativamente bem no Paquistão Oriental. Contudo, como aumentavam as tensões entre o Paquistão Ocidental e Oriental, os

Caixa 3.3

O infortúnio dos rohingyas

No final dos anos 70, o ACNUR participou numa complexa e controversa operação de repatriamento na fronteira oriental do Bangladesh. Tratou-se dos rohingyas, uma minoria muçulmana que se refugiara no Bangladesh, provenientes do estado de Arakan na Birmânia, predominantemente budista.

A Birmânia possui uma longa história de migrações e conflitos entre os seus diversos povos. Quase imediatamente após a Birmânia ter obtido a independência do Reino Unido em 1948, as tensões aumentaram entre os rohingyas e a população local rakhine em Arakan. O governo birmanês advogava que os rohingyas eram migrantes relativamente recentes vindos dos subcontinente indiano e, por isso, não constavam na constituição birmanesa entre os grupos indígenas qualificados para cidadania. Isto marginalizou os rohingyas, sendo-lhes extremamente difícil o acesso a serviços básicos sociais, educacionais e de saúde.

Em Março de 1978, as autoridades de imigração birmanesas lançaram a operação *Nagamin Sit Sin Yay* (Operação Rei Dragão) cujo propósito explícito era verificar de forma sistemática o estatuto dos indivíduos que viviam nas áreas fronteiriças e “tomar providências contra os estrangeiros” que se tivessem “infiltrado ilegalmente no país”. A finalidade era atingir os rohingyas que não eram considerados como cidadãos. Seguiram-se prisões e expulsões generalizadas e, em Julho de 1978, já tinha fugido para o Bangladesh um grande número de rohingyas.

As estimativas sobre os números reais variavam. O governo do Bangladesh reivindicava que mais de 250.000 rohingyas já haviam procurado refúgio, ao passo que as autoridades birmanesas baixavam este número para menos de 150.000. A chegada de tantos refugiados exerceu uma pressão considerável sobre o densamente povoado e empobrecido Bangladesh, tendo afectado as relações entre os dois países. Estas pressões e as preocupações de outros países muçulmanos quanto ao trata-

mento dos rohingyas levaram o governo do Bangladesh a lançar um apelo de ajuda às Nações Unidas. Muitos destes refugiados viviam em condições miseráveis e o governo insistia que o país não podia continuar a dar-lhes abrigo indefinidamente. Em consequência, foi instaurado e coordenado pelo ACNUR a partir de Maio de 1978 um grande programa de assistência das Nações Unidas. Ao todo, foram criados 13 campos de refugiados. Tendo a crise acalmado, a Birmânia e o Bangladesh procuravam então uma solução permanente para o problema dos refugiados. Nenhum destes países era na altura parte da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (situação que ainda se mantém).

Em Julho de 1978 chegou-se a um acordo bilateral entre os dois países, no qual o ACNUR não participou, e que previa o repatriamento dos rohingyas. Entre os refugiados, houve muita oposição ao regresso, tendo-se registado graves recontros entre os refugiados e os funcionários do Bangladesh de que resultaram centenas de mortos. As deterioradas condições nos campos, a prisão de alguns dirigentes rohingyas e a redução das rações alimentares contavam-se entre os factores que levaram os refugiados a regressar. No final de 1979, mais de 180.000 tinham voltado à Birmânia.

Numa tentativa de melhorar as condições dos retornados, o ACNUR despendeu 7 milhões de dólares EUA em projectos de apoio à sua reintegração. Apenas com uma presença limitada, o ACNUR não podia acompanhar a situação de perto ou assegurar que os rohingyas retornados fossem tratados de forma justa pelas autoridades. A discriminação contra eles continuava. Em 1982, uma nova lei criava três categorias de cidadania, mas continuava a ser muito difícil para os rohingyas adquirirem a nacionalidade birmanesa.

Em 1991-92, os rohingyas fugiram de novo do estado de Rakhine no norte (Arakan tinha mudado de nome). Foram registadas cerca de 250.000 pessoas, tendo-lhes sido dado abrigo em 20 cam-

pos de refugiados no Bangladesh. Mais uma vez, revelava-se controverso o repatriamento destes refugiados para o Myanmar (novo nome da Birmânia desde 1989). Os regressos em 1992-93 realizaram-se no quadro de um novo acordo bilateral Bangladesh-Myanmar, do qual o ACNUR foi mais uma vez excluído. Em 1993, o governo do Myanmar aceitou finalmente autorizar o ACNUR a implantar-se no estado de Rakhine. Em Abril de 1994, uma vez estabelecido, o ACNUR facilitou o repatriamento voluntário dos refugiados vindos do Bangladesh. Nesse altura, as organizações de direitos humanos criticaram fortemente o ACNUR, questionando se o repatriamento era verdadeiramente voluntário e defendendo que a situação não tinha melhorado o suficiente para permitir o regresso dos rohingyas em condições de segurança.¹ Embora reconhecendo a vulnerabilidade dos rohingyas nos dois lados da fronteira, a avaliação do ACNUR era de que, na maior parte dos casos, era preferível habitarem as suas casas no Myanmar do que permanecerem em campos no Bangladesh.

Milhares de rohingyas fugiram de novo para o Bangladesh em 1996 e 1997. No princípio, as forças do Bangladesh repatriaram à força centenas deles, deixando de o fazer após a intervenção do ACNUR. Desde que se implantara no estado norte de Rakhine, o ACNUR realizou um conjunto de projectos visando facilitar a reintegração e melhorar as infra-estruturas básicas. Estabeleceu diálogo a todos os níveis do governo do Myanmar, pressionando-o a resolver a questão da cidadania dos rohingyas e a cessar práticas de trabalhos forçados. Dos que fugiram para o Bangladesh no início dos anos 60, tinham regressado em 31 de Dezembro de 1999 à volta de 200.000, ficando cerca de 22.000 no Bangladesh. Mas mesmo que possam ter diminuído muitas das causas que induziram a saída em massa nos primeiros anos, o infortúnio dos rohingyas no Myanmar continua a ser uma questão de interesse internacional.

biharis eram vistos como pertencendo ao lado do Paquistão Ocidental. Durante o ano de 1971, muitos biharis juntaram-se às milícias paquistanesas ou colaboraram com o exército paquistanês. Em consequência, após a rendição do exército paquistanês, em meados de Dezembro de 1971, toda a comunidade bihari defrontou a cólera do nacionalismo bengali, sendo os biharis considerados como colaboradores da administração e dos militares paquistaneses. Muitos biharis foram mortos e muito do seu património foi alienado.

Se bem que os biharis se contassem entre aqueles que eram aceites pelo Paquistão nos termos do acordo de repatriamento de Agosto de 1973, o Paquistão tardava em conceder licenças.²⁸ Numa reunião posterior em Nova Deli, em Abril de 1974, com os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos três países, chegou-se a um novo acordo tripartido sobre a segunda fase dos repatriamentos. Mudaram-se para o Paquistão mais de 170.000 biharis nos termos destes acordos.²⁹ Porém, o Paquistão interpretava de forma restritiva as categorias de “não bengalis” estipuladas no acordo e não aceitava todos os biharis. Além deste movimento inicial entre 1977 e 1979, foram repatriados para o Paquistão perto de 9.900 biharis seguidos de mais 4.800 em 1982. Por fim, em 1993, foram aceites pelo Paquistão 53 famílias de biharis e o processo estancou perante manifestações de protesto.

Os observadores atribuem a relutância do Paquistão em aceitar os biharis, que sempre tinham sido vistos como nacionais paquistaneses, ao facto de temerem que a sua presença pudesse exacerbar as tensões étnicas e políticas subjacentes no país. No Bangladeche, os biharis depararam-se com problemas na aquisição da cidadania, já que as disposições sobre a cidadania bengali, que datam de 1972, negam a cidadania a alguém que “deve, declara ou reconhece, expressamente ou através da sua conduta, fidelidade a um Estado estrangeiro”.³⁰ Se bem que muitos refugiados, na prática, tenham sido aceites no Bangladeche, em 1999 ainda se encontravam mais de 200.000 biharis a viver em 66 campos de refugiados dispersos pelo Bangladeche e de precárias condições. O seu estatuto de cidadania pouco claro tem-lhes criado inúmeras dificuldades. Dado que nenhum outro país está disposto a assumir a inteira responsabilidade por esta comunidade, os biharis são potencialmente apátridas. Após tantos anos de uma existência semelhante à dos refugiados, há agora indicações de que alguns biharis prefeririam obter a nacionalidade do Bangladeche.³¹

A expansão do papel do ACNUR na Ásia

A operação de assistência aos refugiados do Bangladeche expôs o ACNUR a muitos dos problemas com que a Organização se viria a confrontar, com crescente regularidade, nas décadas posteriores. Nomeadamente, a gestão de influxos maciços súbitos envolvendo milhões de refugiados, a utilização de grandes campos de refugiados construídos à pressa e as dificuldades na obtenção e distribuição de comida e de outros produtos básicos de emergência. Expôs também o ACNUR ao impacto devastador que a cólera pode ter em campos de refugiados sobrelotados.

A atribuição da função de Pólo de Convergência ao ACNUR constituiu um importante elemento na gestão da crise de refugiados do Bangladeche. Embora a expressão

“Pólo de Convergência” não tenha sido mais usada, o conceito foi considerado útil em situações de emergência em que as necessidades globais excedem o mandato de qualquer uma das agências das Nações Unidas. Esta operação foi apenas a primeira de muitas crises de refugiados em que o ACNUR foi solicitado pelo Secretário-Geral a agir como agência líder das Nações Unidas na coordenação da ajuda humanitária internacional.

Mas talvez o aspecto mais notável desta operação de assistência tenha sido o ambiente altamente politizado em que decorreu. A crise dos refugiados do Bangladesh criou uma maior consciencialização no seio das Nações Unidas de que os movimentos maciços de refugiados não resultam só do conflito, podendo eles próprios criar sérias ameaças à paz e segurança regionais. Também, o papel desempenhado pelo Chefe da Delegação do ACNUR em Daca nas negociações do cessar-fogo entre o exército indiano e o exército paquistanês, nas derradeiras horas da guerra, ilustra bem como era próximo o envolvimento da Organização no terreno no desenrolar da crise. Tanto o governo indiano como o governo paquistanês suspeitavam muitas vezes das motivações do ACNUR, sendo as relações com ambos, por isso, frequentemente tensas. O Alto Comissário Sadruddin Aga Khan agiu em ligação estreita com o Secretário-Geral da ONU do princípio ao fim da crise.

As soluções aplicadas às insurreições no subcontinente indiano no princípio dos anos 70 tinham as suas raízes em abordagens que precederam a Segunda Guerra Mundial. Os acordos de repatriamento efectuados pelos governos do Bangladesh, da Índia e do Paquistão depois de 1973 baseavam-se na perspectiva de que as transferências de população seriam a forma efectiva de resolver os problemas referentes aos grupos minoritários no seio dos Estados independentes. Dadas as grandes distâncias entre o Paquistão e o Bangladesh, estes repatriamentos foram efectuados em larga medida por via aérea, mas assemelhavam-se de facto a transferências de população anteriores, como as que tiveram lugar na Europa, nos anos 20, entre a Grécia e a Turquia e entre a Grécia e a Bulgária.

O envolvimento do ACNUR no Sul Asiático manteve-se após a resolução da crise no Bangladesh. No final dos anos 70, a Organização estava empenhada na operação de repatriamento dos refugiados muçulmanos rohingyas do Bangladesh para a Birmânia. Fora da região, no início dos anos 70, o ACNUR também prestava assistência aos sul-asiáticos expulsos do Uganda pelo regime do Presidente Idi Amin [ver Caixa 3.2]. Uma outra população de refugiados no Sul Asiático, que frequentemente tem passado despercebida, e com quem o ACNUR tem tido um envolvimento mínimo, é a população tibetana refugiada na Índia, que ali se encontra desde 1959 [ver Caixa 3.1]. Embora o ACNUR tenha participado na assistência a vários novos grupos de refugiados no Sul Asiático nos anos que se seguiram à crise de refugiados do Bangladesh, a partir de meados dos anos 70, o foco do seu trabalho na Ásia deslocou-se para a Indochina.



- "Situation in the Congo", F/HCR 11.1.
- 28 G. Streijffert, Subchefe Delegado da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, Delegação Congoleza, "Report on a Joint Fact-Finding on Operational Planning Mission to Kivu Province", 3 de Março de 1962, 15/81 KIVU, F/HCR 11.1.
 - 29 Memorando de F. Preziosi, "Situation in North Kivu", 21 de Outubro de 1963, *ibid*.
 - 30 Carta de R. Bunche, Secretário-Geral Adjunto da ONU para os Assuntos Políticos, dirigida ao Alto Comissário para os Refugiados, 8 de Setembro de 1964, 1964, *ibid*.
 - 31 Só foi retirado, finalmente, em 1966. ACNUR, "Note sur la protection au Congo (Leopoldville)", 20 de Junho de 1966, 6/1 PROTECTION CONGO, F/HCR 11.1.
 - 32 Memorando de F.P.Hordijk ao Alto Comissário, "Report on the First Moves of Refugees from Central Kivu to Tanganyika via Goma", 20 de Novembro de 1964, 15/81 KIVU, F/HCR 11.1.
 - 33 Citado por R. Lemarchand, *Rwanda and Burundi*, Pall Mall Press, Londres, 1970, pág. 215.
 - 34 Relatório de P. Gorgé, Consultor Jurídico Principal e Conselheiro Político do ACNUR para M. Dorsinville, Responsável pela ONUC, "Report on Joint Congolese-UN Commission set up to Investigate Refugee Situation in North Kivu", 9 de Dezembro de 1963, anexo ao memorando de H.H. Schindler ao Alto Comissário, 11 de Dezembro de 1963, F/HCR 11.1.
 - 35 Aditamento à Resolução da AG 429(V), 14 de Dezembro de 1950, GAOR, Quinta Sessão, Suplemento nº 20 (A/1775); Holborn, *Refugees*, pág. 177-182.
 - 36 R. Greenfield, "The OAU and Africa's Refugees", in El-Ayouty e I-W.Zartman (eds), *The OAU after Twenty Years*, Praeger, Nova Iorque, 1984, pág. 212; Loescher, *Beyond Charity: International Cooperation and the Global Refugee Crisis*, Oxford University Press, Oxford, 1996, pág. 80; Holborn, *Refugees*, pág. 183-194.
- ### Capítulo 3
- 1 L.Lifschultz, *Bangladesh: The Unfinished Revolution*, Zed Press, Londres, 1979; T. Maniruzzaman, *The Bangladesh Revolution and its Aftermath*, Bangladesh Books International, Dacca, 1980.
 - 2 A. Mascarenhas, *The Rape of Bangladesh*, Vikas, Nova Deli, 1971; artigos de jornais da época, como p.ex: S.Schanberg, "In Dacca, Troops Use Artillery to Halt Revolt", *New York Times*, 28 de Março de 1971.
 - 3 ACNUR, *A Story of Anguish and Action: The United Nations Focal Point for Assistance to Refugees from East Bengal in India*, Genebra, Novembro de 1972, pág. 9.
 - 4 Telegrama da delegação de Nova Iorque para a Sede do ACNUR, 24 de Abril de 1971, 1.IND.PAK, F/HCR 11.1. Ver o Depoimento do Embaixador Sen, Representante Permanente da Índia no Conselho Económico e Social da ONU, ECOSOC, Agenda 5(a), Relatório, Comissão dos Direitos Humanos, 17 de Maio de 1971.
 - 5 Telegrama do Alto Comissário Sadruddin Aga Khan para U Nyun e outros, 5 de Maio de 1971, 1.IND.PAK, F/HCR 11.1.
 - 6 Telegrama do Alto Comissário Adjunto C. Mace, enviado de Calcutá para a sede do ACNUR, 15 de Maio de 1971, *ibid*.
 - 7 ACNUR, *Anguish and Action*, pág. 18
 - 8 R.E. Sisson e L.E. Rose, *War and Secession: Pakistan, India and the Creation of Bangladesh*, University of California Press, Berkeley, CA, 1990, pág. 152-153.
 - 9 *Ibid*. pág. 206.
 - 10 ACNUR, *Anguish and Action*, pág. 19.
 - 11 *Ibid*. pág. 27.
 - 12 *Ibid*. pág. 30.
 - 13 "UN Secretary General's Appeal for Assistance to East Bengal on June 17, 1971", 11 de Agosto de 1972, Doc. ONU.A/8662/Add.3, pág. 7.
 - 14 Items 250, 8 de Junho de 1971, e Memorando de G. Jaeger, Director da Delegação da Ásia, para o Alto Comissário, 22 de Junho de 1971, ambos 1.IND.PAK, F/HCR 11.1.
 - 15 Telegrama do Alto Comissário Aga Khan para P.Hoffman, Administrador do PNUD, 21 de Maio de 1971, 1/6/5 IND, F/HCR 11.1.
 - 16 Sisson e Rose, *War and Secession*, pág. 189. Sobre as opiniões do Alto Comissário, consultar "Record of Press Conference of UN High Commissioner for Refugees, UN, New York, 23 June 1971", no Ministério dos Assuntos Externos, *Bangladesh Documents*, Nova Deli, 1971-73, vol. 1, pág. 628-632; Telegrama de C. Mace, Alto Comissário Adjunto, para U Thant, Secretário-Geral, 8 de Junho de 1971, 1.IND.PAK, F/HCR 11.1.
 - 17 Sisson e Rose, *War and Secession*, pág. 189. Ver também *New York Times*, 19 de Novembro de 1971.
 - 18 Resposta do Governo da Índia à *Aide Memoire* do Secretário-Geral da ONU, 2 de Agosto de 1971, *Bangladesh Documents*, vol.1, pág. 660-663.
 - 19 H.Zaheer, *The Separation of East Pakistan: The Rise and Realization of Bengali Muslim Nationalism*, Oxford Press University, Oxford, 1994, Cap. 11; Gabinete de Informação Pública da ONU, *Yearbook of the United Nations* 1971, vol. 25, Nova Iorque, 1974.
 - 20 Sobre o papel de John Kelly consultar M.Sayle, "How Dacca Fell: The Inside Story", *Observer*, 19 de Dezembro de 1971; relato oral de entrevista com J. Kelly, 1 de Abril de 1998, F/HCR 11.1.
 - 21 ACNUR, *Anguish and Action*, pág. 74.
 - 22 *Ibid*. pág. 79.
 - 23 G.J.L. Coles, "Solutions to the Problem of Refugees and the Protection of Refugees: A Background Study", documento elaborado para uma mesa redonda sobre soluções duradouras e protecção dos refugiados, convocada pelo ACNUR e o Instituto Internacional de Direito Humanitário, 1989.
 - 24 ACNUR, *Airlift: The Sub-Continent Repatriation Operation*, September 1973 – June 1974, Genebra, 1975, pág. 7.
 - 25 Telegrama da Sede do ACNUR para a Delegação do ACNUR em Dacca com texto de um comunicado de imprensa, 29 de Janeiro de 1974, 1/9/1/SCSU/BGD, F/HCR 11.1.
 - 26 Telegrama da Delegação do ACNUR em Dacca para a Sede do ACNUR, 12 de Março de 1974, *ibid*.
 - 27 Carta de F.L. Pijnacker Hordijk, Representante do ACNUR na Índia, dirigida a I.Singh, Subsecretário do Ministro dos Assuntos Externos da Índia, Nova Deli, "Sub-Continental Repatriation Operation", 10 de Julho de 1974, 1/9/1 SCSU/IND, F/HCR 11.1; Carta de R. McAlpine, Encarregado de Missão, ACNUR-Dacca dirigida a Pijnacker Hordijk, "Sub-continent Repatriation 1973/74", 28 de Novembro de 1979, 120.GEN Estatísticas, F/HCR 11.2; ACNUR, *Airlift*, pág. 18.

- 28 Telegrama da Delegação do ACNUR em Daca para a Sede do ACNUR, 16 de Fevereiro de 1974, 1/9/1/SCSU/PAK, F/HCR 11.1.
 - 29 M. Weiner, "Rejected Peoples and Unwanted Migrants in South Asia", *Economic and Political Weekly*, 21 de Agosto de 1993, pág. 1739.
 - 30 A.R. Zolberg et al., *Escape from Violence: Conflict and Refugee Crisis in the Developing World*, Oxford University Press, Oxford, 1989, pág. 145; M. Nur Khan, "Biharis in Bangladesh: Forgotten Pakistani Citizens", in T.K. Bose e R. Manchanda (eds), *States, Citizens and Outsiders: The Uprooted Peoples of South Asia*, Fórum para os Direitos Humanos no Sul Asiático, Catmandu, 1997; S.Sen, "Stateless Refugees and the Right to Return: The Bihari Refugees of South Asia", *International Journal of Refugee Law*, a publicar, 2000.
 - 31 C.R. Abrar, *A Forsaken Minority: Stateless Persons of the Bihari Community in Bangladesh*, Unidade de Pesquisa sobre Refugiados e Movimentos Migratórios, Janeiro 1999, pág. 13; K.M.Rahman, "Bihari Refugees in Bangladesh: On the Way to Integration", *South Asian Refugee Watch*, vol. 1, n° 1, Julho 1999, pág. 29.
- Caixa 3.1**
- 1 C. Furer-Haimendorf, *The Renaissance of Tibetan Civilization*, Synergetic Press, Tennessee, 1990.
- Caixa 3.3**
- 1 Human Rights Watch, *The Rohingya Muslims: Ending a Cycle of Exodus?*, Nova Iorque, Setembro de 1996; Amnistia Internacional, *Myanmar/Bangladesh: Rohingyas – The Search for Safety*, Londres, Setembro de 1997. Por outro lado, a presença do ACNUR no estado de Rakhine, e o seu papel, ajudando a criar e a assegurar situações conducentes ao regresso dos rohingyas, foram bem recebidos pelo Relator Especial da Comissão das Nações Unidas dos Direitos Humanos sobre a situação no Myanmar, nos seus relatórios de 1995 e 1996. Ver Docs. ONU E/CN.4/1995/65, 12 de Janeiro de 1995 e E/CN.4/1996/65, 5 de Fevereiro de 1996.
- Capítulo 4**
- 1 Este capítulo inspira-se largamente na obra de W.C.Robinson, *Terms of Refuge: The Indochinese Exodus and the International Response*, Zed Books, Londres, 1998. O ACNUR facilitou a pesquisa do autor, proporcionando-lhe pleno acesso a toda a documentação relevante do ACNUR.
 - 2 L.A. Wiesner, *Victims and Survivors: Displaced Persons and Other War Victims in Viet-Nam, 1954-1975*, Westport Press, Nova Iorque, 1988; A.R. Zolberg et al., *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World*, Oxford University Press, Oxford, 1989, pág. 160-170.
 - 3 Alto Comissário para os Refugiados Sadruddin Aga Khan, "Statement to the Twenty-fifth Session of the Intergovernmental Committee for European Migration", 10 de Maio de 1966.
 - 4 Zolberg et al., *Escape from Violence*, pág. 163.
 - 5 "Statement of the United Nations High Commissioner for Refugees to the Third Committee, 17 de Novembro de 1975."
 - 6 "Report of the United Nations High Commissioner for Refugees, General Assembly, Thirty-Fifth Session", Suplemento n° 12, A/35/12, 1980.
 - 7 Telegrama da Delegação Regional do ACNUR na Malásia para a Sede do ACNUR, 13 de Novembro de 1978.
 - 8 Telegrama da Sede do ACNUR para a Delegação Regional do ACNUR na Malásia, 14 de Novembro de 1978.
 - 9 "Joint Communiqué Issued at the Twelfth ASEAN Ministerial Meeting, Bali, Indonesia, 28-30 June 1979", no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, *Documents on the Kampuchean Problem: 1979-1985*, Bangucoque, 1985, pág. 78.
 - 10 Para mais informações sobre a Conferência de Genebra organizada pelo Secretário-Geral da ONU em Genebra a 20 e 21 de Julho de 1979, consultar ACNUR, "Meeting on Refugees and Displaced Persons in Southeast Asia, and Subsequent Developments", 7 de Novembro de 1979.
 - 11 ACNUR, "Note by the High Commissioner for the Meeting on Refugees and Displaced Persons in Southeast Asia", 9 de Julho de 1979.
 - 12 Robinson, *Terms of Refuge*, pág. 128.
 - 13 Nota de D. de Haan, Representante do Alto Comissário na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, "Procedures for Orderly Departure from Vietnam", 15 de Junho de 1979, 100.ORD.SRV GEN, F/HCR 11.2. Ver também a tese de doutoramento de J. Jumin, "Orderly Departure from Viet Nam: A Humanitarian Alternative?", Fletcher School of Law and Diplomacy, Medford, MA, 1987, cópia no Centro de Documentação sobre Refugiados do ACNUR.
 - 14 B. Wain, *The Refused: The Agony of the Indochina Refugees*, Dow Jones Publishing Co., Hong Kong, 1981, pág. 83.
 - 15 Comunicado de Imprensa do ACNUR, "UNHCR Expresses Grave Concern at Continuing Plight of Refugees in Distress at Sea", 14 de Novembro de 1983.
 - 16 Robinson, *Terms of Refuge*, pág. 193.
 - 17 Para uma análise mais aprofundada, ver A. Casella, "The Refugees from Vietnam: Rethinking the Issue", *The World Today*, Agosto-Setembro 1989.
 - 18 Boletim Informativo do ACNUR, "The Comprehensive Plan of Action", Agosto de 1995.
 - 19 V.Muntarbhorn, "Displaced Persons in Thailand: Legal and National Policy Issues in Perspective", *Chulalongkorn Law Review*, vol. 1, Universidade de Chulalongkorn, Bangucoque, 1982, pág. 14.
 - 20 Apesar dos dois nomes, Camboja e Campuchea, terem vindo a adquirir conotações políticas e ideológicas, ambos derivam da mesma palavra khmer, *kambuja*, sendo na sua essência permutáveis.
 - 21 B. Kiernan, *How Pol Pot Came to Power*, Verso, Londres, 1985, pág. 415-416.
 - 22 Consultar W.C.Robinson, *Double Vision: A History of Cambodian Refugees in Thailand*, Universidade de Chulalongkorn, Instituto de Estudos Asiáticos, Bangucoque, Julho de 1996.
 - 23 D.McNamara, "The Politics of Humanitarianism", (manuscrito não publicado), 1986, Secção V, pág. 21. Ver também W. Shawcross, *The Quality of Mercy: Cambodia, Holocaust and Modern Conscience*, André Deutsch, Londres, 1984.
 - 24 Ministro do Interior da Tailândia, *An Instrument of Foreign Policy: Indochinese Displaced Persons*, Departamento da Administração Local, Bangucoque, 1981, pág. 41.
 - 25 J. Rogge, "Return to Cambodia", in F.C. Cuny, B.N. Stein, P. Reid (eds), *Repatriation During Conflict in Africa and Asia*, Centro de Estudo das Sociedades em Crise, Dalas, 1992, pág. 144.